



UNIVERSIDADE  
FERNANDO  
PESSOA

## ***Cosa Nostra: estrutura, códigos e poder na máfia siciliana***

[*Cosa Nostra: Structure, Codes, and Power in the Sicilian Mafia*]

Projeto de Graduação

1º Ciclo de Estudos em Criminologia

Joana Manuela de Sousa Pacheco 2022120708

Orientadora:

Professora Doutora Lígia Afonso

Junho, 2025



Joana Manuela de Sousa Pacheco

2022120708@ufp.edu.pt

**Projeto de Graduação**

Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2025

Joana Manuela de Sousa Pacheco

2022120708@ufp.edu.pt

Projeto de Graduação

---

(Joana Manuela de Sousa Pacheco)

Projeto de Graduação apresentado à  
Universidade Fernando Pessoa como parte dos  
requisitos para obtenção do grau de Licenciatura  
em Criminologia, sob orientação científica da  
Professora Doutora Lígia Afonso.

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer à Professora Doutora Lígia Afonso pela orientação rigorosa e pelo acompanhamento ao longo deste projeto, cujo contributo foi essencial para a sua concretização.

Agradeço à minha mãe e ao meu pai e à restante família pelo apoio constante ao longo de todo o percurso académico.

A todos os meus amigos, agradeço pela amizade e apoio ao longo desta etapa. Um agradecimento especial à Ana e ao Pedro, pelo incentivo nos momentos mais exigentes.

A todos os que, de forma discreta, mas importante, contribuíram para este trabalho, deixo também o meu reconhecimento.

## Resumo

O presente trabalho analisa a *Cosa Nostra*, a conhecida máfia da Sicília, entendendo-a como um grupo criminoso organizado. A pesquisa foca-se na organização, nas regras de conduta que os membros seguem e na forma como o poder é movido dentro dela, o que ajuda a explicar o porquê de se conseguir infiltrar em vários cantos da sociedade.

O objetivo é entender como é que a organização funciona por dentro, a lógica por trás dos seus símbolos e como opera.

O estudo mostra que a *Cosa Nostra* age de forma organizada, mistura táticas de intimidação, domínio de áreas e cobrança de dinheiro com formas de manter a lealdade, o silêncio (a *omertà*) e rituais de iniciação. A sua longevidade não é apenas por causa da violência, mas também porque ela criou um conjunto de regras à parte e consegue ajustar-se e infiltrar-se nas estruturas políticas e econômicas.

A análise dos dados recolhidos também permite pensar sobre até onde as instituições podem ir e como os "arrepentidos" ajudam a revelar segredos internos da máfia.

**Palavras-chave:** estrutura, códigos, poder, mafia siciliana, Cosa Nostra

## **Abstract**

This work analyzes the *Cosa Nostra*, the well-known Sicilian mafia, understanding it as a well-organized criminal group that combines theoretical and practical data. The research focuses on its organization, the rules of conduct that members follow, and how power moves within it, which helps explain how it manages to infiltrate various corners of society.

The aim is to understand how the organization functions internally, the logic behind its symbols, and how it operates. The study shows that the *Cosa Nostra* acts in an organized manner, mixing intimidation tactics, territorial control, and money extortion with ways of maintaining loyalty, silence (*omertà*), and initiation rituals. Its longevity is not only due to violence, but also because it created a separate set of rules and manages to adjust and infiltrate political and economic structures. The analysis of the collected data also allows for reflection on the limits of institutions and how the "repentant" help reveal the internal secrets of the mafia.

**Key words:** Structure, codes, power, sicilian mafia, Cosa Nostra

## Índice

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>Enquadramento teórico .....</b>	<b>3</b>
<b>3</b>	<b>Estrutura organizacional.....</b>	<b>5</b>
3.1	Hierarquia interna .....	5
3.2	Estruturas provinciais e regionais e distribuição de poder.....	6
<b>4</b>	<b>Recrutamento e iniciação.....</b>	<b>8</b>
4.1	Critérios de seleção, rituais de iniciação, lealdade e submissão.....	8
<b>5</b>	<b>Código de conduta.....</b>	<b>10</b>
5.1	Omertà – A lei do silêncio.....	10
5.2	Princípios comportamentais .....	11
5.3	Sanções Internas .....	13
<b>6</b>	<b>Atividades Económicas e Criminosas.....</b>	<b>14</b>
6.1	Fontes de rendimento .....	14
6.2	Sistemas de extorsão (pizzo) .....	15
6.3	Infiltração na economia e na política .....	16
<b>7</b>	<b>Contributo Empírico.....</b>	<b>17</b>
7.1	Metodologia.....	17
7.2	Documentos selecionados para análise .....	18
7.3	Critérios de análise.....	19
7.4	Análise dos documentos .....	20
7.5	Síntese e contributo da análise documental.....	24
7.6	Contributo para a Criminologia.....	25
<b>8</b>	<b>Conclusão .....</b>	<b>26</b>
<b>9</b>	<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>27</b>

## 1 Introdução

A *Cosa Nostra*, mais conhecida como máfia siciliana, representa uma das formas mais estruturadas e persistentes de criminalidade organizada no mundo ocidental. A sua escolha como objeto central deste projeto de graduação justifica-se não apenas pela sua relevância histórica, mas também pela sua influência determinante no modo como as máfias italianas e outras organizações criminosas transnacionais se desenvolveram. Entre os vários grupos mafiosos existentes em Itália, como a 'Ndrangheta, a Camorra ou a Sacra Corona Unita, a *Cosa Nostra* destaca-se por ter sido a primeira a consolidar uma estrutura hierárquica bem definida, com forte capacidade de infiltração social, económica e política (Paoli, 2003; Dickie, 2004).

A emergência da *Cosa Nostra* remonta ao século XIX, num contexto de fragilidade do Estado italiano e de ausência de estruturas formais de justiça, especialmente nas zonas rurais da Sicília. Neste ambiente, a máfia surgiu como uma forma alternativa de regulação social e económica, atuando inicialmente como mediadora de conflitos, cobradora de dívidas e protetora de interesses privados (Lupo, 2009; Catanzaro, 1992). Esta origem histórica é fundamental para compreender a lógica organizacional e os valores simbólicos que sustentam o grupo até hoje.

Este projeto parte da conceção da máfia não apenas como uma organização criminosa voltada para o lucro, mas como uma entidade sociocultural dotada de uma identidade própria. Assim, segue-se uma abordagem criminológica que distingue a máfia do conceito mais amplo de crime organizado. Tal como refere Paoli (2003), a máfia possui um sistema normativo interno, relações de poder estruturadas e práticas rituais específicas, o que lhe confere um carácter institucional que vai além da mera prática de atividades ilegais.

Neste estudo, serão exploradas três dimensões fundamentais da *Cosa Nostra*: a sua estrutura organizacional, os códigos de conduta que regulam o comportamento dos seus membros e a lógica de poder que sustenta a sua reprodução e expansão ao longo do tempo. Para isso, conjugar-se-á uma análise teórica com um contributo empírico assente na análise documental e em entrevistas a especialistas. Tal como observa Calderoni (2014), compreender a máfia exige olhar para além dos atos criminais visíveis e penetrar nos

mecanismos invisíveis de legitimação social, controlo económico e manipulação institucional.

## 2 Enquadramento teórico

O estudo da máfia siciliana requer uma abordagem multidisciplinar que conjugue perspetivas da sociologia do crime, da criminologia cultural e da ciência política. A *Cosa Nostra* deve ser compreendida como uma forma particular de criminalidade organizada, enraizada num contexto histórico e cultural específico, com um sistema de valores, códigos e práticas que a distinguem de outras formas de criminalidade económica ou violenta (Arlacchi, 1986; Paoli, 2003).

A máfia distingue-se do conceito genérico de crime organizado por possuir uma dimensão institucional e de sociabilidade específica. Segundo Paoli (2003), trata-se de uma “irmandade criminosa” baseada em regras internas, numa estrutura hierárquica estável e num sistema de pertença que reproduz lealdade, silêncio e disciplina. Estas características tornam a máfia um fenómeno mais complexo do que as redes criminosas convencionais, pois ela não só viola a lei, como cria normas próprias e exerce autoridade em paralelo com o Estado.

Arlacchi (1986) descreve a máfia como uma empresa capitalista ilegal, regida por uma lógica de eficiência, controlo de mercado e reinvestimento do lucro. Este autor destaca que a *Cosa Nostra* atua como um sistema económico alternativo, com capacidade de penetrar setores formais da economia, sobretudo através da intimidação, extorsão e corrupção.

Historicamente, autores como Dickie (2004) e Lupo (2009) traçam a evolução da *Cosa Nostra* desde as suas raízes rurais, ligadas ao latifúndio siciliano e à proteção de propriedades, até à sua transformação em organização urbana, nacional e, posteriormente, internacional. Um marco importante neste percurso foi a criação da *Cupola*, a comissão regional que centraliza o poder das várias famílias mafiosas, permitindo decisões estratégicas concertadas e evitando conflitos internos (Catanzaro, 1992).

Na dimensão simbólica e cultural, Hess (1973) e Schneider & Schneider (2003) enfatizam a *omertà*, o silêncio mafioso, como fundamento da identidade coletiva da organização e estratégia defensiva face aos órgãos de controlo formal da criminalidade. Esta cultura do silêncio reforça o isolamento dos membros e garante a estabilidade interna, funcionando como um poderoso mecanismo de controlo social. A iniciação mafiosa, por sua vez, assume um valor ritual profundo, marcando a entrada numa ordem paralela que impõe obediência e fidelidade vitalícias (Lupo, 2009).

Por fim, autores como Sciarrone (2014) e Sergi (2017) sublinham a ameaça que a máfia representa para o funcionamento democrático. A sua capacidade de infiltração nas instituições públicas, de manipulação de processos eleitorais e de utilização de expedientes ilegais para a adjudicação de contratos públicos coloca em causa não apenas a segurança pública, mas a própria legitimidade do Estado de direito.

### 3 Estrutura organizacional

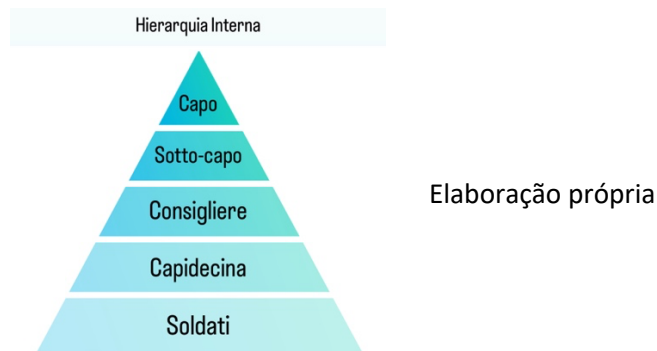
A *Cosa Nostra* apresenta uma estrutura organizacional altamente hierarquizada e funcional, assente num rigoroso sistema de papéis e competências. Este modelo garante coesão interna, continuidade intergeracional e controlo territorial — sendo, segundo diversos autores, um dos principais fatores da longevidade da organização (Paoli, 2003; Arlacchi, 1986).

#### 3.1 Hierarquia interna

A célula básica da *Cosa Nostra* é a família mafiosa (ou *cosca*), que controla um território específico, geralmente um bairro urbano ou uma localidade rural. A liderança da família cabe ao *capo famiglia*, a quem todos os outros membros prestam obediência. Sob o comando dele encontram-se o *sotto-capo* (vice-líder), o *consigliere* (conselheiro), os *capidecina* (líderes de grupos de dez homens) e os *soldati*, que são os executores das ordens (Dickie, 2004; Hess, 1973).

A hierarquia interna baseia-se não apenas em cargos formais, mas em relações de confiança, mérito e lealdade, reforçadas por anos de convivência e cumprimento de tarefas. A autoridade do chefe depende da sua reputação, da sua capacidade de manter a ordem e distribuir rendimentos, e do respeito pelas normas tradicionais da máfia (Lupo, 2009).

A progressão na hierarquia exige provas de lealdade e competência, muitas vezes expressas através da participação em atos de violência seletiva ou da recolha eficaz de recursos para a organização (Paoli, 2003). Como observa Hess (1973), o respeito pela autoridade superior é absoluto, e a transgressão da cadeia de comando é punida com dureza, podendo implicar até a morte.



### 3.2 Estruturas provinciais e regionais e distribuição de poder

Para além das células familiares, a *Cosa Nostra* está organizada a nível provincial e regional, com o objetivo de garantir a coordenação entre diferentes núcleos e evitar conflitos que possam comprometer os interesses da organização. Cada província siciliana tem a sua própria *provinciale*, composta pelos chefes das famílias locais, que tomam decisões em nome do coletivo (Catanzaro, 1992).

A Cupola Regional, também conhecida como Comissão Regional, funciona como órgão máximo de deliberação estratégica da máfia siciliana. É composta pelos representantes das *provinciali* e tem como funções principais: autorizar homicídios, arbitrar disputas entre famílias, gerir alianças e definir orientações para as atividades criminosas.

Este modelo federativo combina centralização e autonomia, permitindo que cada família opere com relativa independência no seu território, mas respeitando decisões coletivas que asseguram a estabilidade do sistema mafioso como um todo. A existência de órgãos colegiais é uma forma de racionar o uso da violência e proteger os interesses económicos comuns (Sciarrone, 2014).

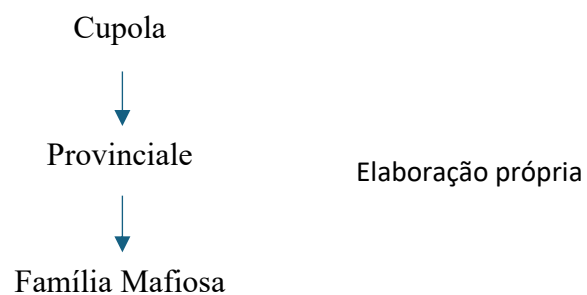
Embora a estrutura formal da *Cosa Nostra* pareça rígida, a distribuição de poder é frequentemente moldada por relações de força, alianças informais e estratégias de dominação pessoal. O poder não reside exclusivamente no cargo ocupado, mas também na capacidade de influência, no acesso a recursos económicos e na rede de relações estabelecida dentro e fora da organização (Paoli, 2003).

Determinados chefes destacam-se pela sua capacidade de liderança e pela acumulação de prestígio simbólico, como foi o caso de Salvatore Riina ou Bernardo Provenzano, cujas figuras representaram períodos distintos na história da máfia, marcados por diferentes

estilos de liderança, um mais violento e centralizador, outro mais discreto e negociador (Dickie, 2004).

Além disso, o poder dentro da máfia é sustentado por mecanismos simbólicos, como o medo, a honra e o silêncio. A obediência não é apenas garantida pela ameaça da violência, mas também por uma cultura interna que reforça constantemente a subordinação e o sentido de pertença. A distribuição de poder reflete, assim, um equilíbrio entre autoridade formal e legitimidade simbólica.

### *Estrutura Regional da Cosa Nostra*



## 4 Recrutamento e iniciação

A entrada na *Cosa Nostra* não se dá de forma espontânea ou informal. Pelo contrário, é um processo altamente controlado, que visa preservar a integridade, o segredo e os valores internos da organização. O recrutamento e a iniciação são, assim, rituais essenciais para garantir a continuidade do grupo, selecionar elementos confiáveis e reforçar a cultura mafiosa (Paoli, 2003; Lupo, 2009).

### 4.1 Critérios de seleção, rituais de iniciação, lealdade e submissão

A entrada na *Cosa Nostra* é um processo altamente seletivo, meticuloso e profundamente simbólico. Ao contrário de outras formas de criminalidade organizada onde a adesão pode ser mais informal, a máfia siciliana impõe um conjunto rigoroso de critérios e rituais destinados a preservar a integridade da organização, o sigilo das suas operações e a perpetuação dos seus valores fundamentais (Paoli, 2003; Lupo, 2009).

Os critérios de seleção visam assegurar que os novos membros partilham do *ethos* mafioso e que representam um risco mínimo para a coesão do grupo. Os candidatos são frequentemente observados durante longos períodos, avaliando-se não apenas as suas capacidades práticas, mas também o seu carácter, comportamento social e inserção comunitária. Como sublinha Sciarrone (2014), o recrutamento tende a privilegiar indivíduos com laços familiares ou territoriais consolidados, pois estes favorecem uma maior previsibilidade e controlo.

A organização valoriza particularmente a capacidade de agir com eficácia e discrição, exigindo frequentemente dos candidatos provas de lealdade, coragem e silêncio. Tarefas como a cobrança de dívidas, a intimidação de adversários ou a execução de ordens violentas funcionam como testes de compromisso. Esta fase de avaliação — conhecida como *fare la prova* — tem como objetivo demonstrar que o candidato está disposto a colocar os interesses da máfia acima de quaisquer vínculos anteriores, incluindo os familiares (Arlacchi, 1986).

Após o período de avaliação, os indivíduos considerados aptos são submetidos a um ritual de iniciação formal, que não se resume a uma cerimónia de acolhimento, mas representa um mecanismo poderoso de controlo e integração identitária. Durante a

cerimónia, o candidato presta um juramento solene de fidelidade à *Cosa Nostra*, comprometendo-se a manter o segredo, a obedecer cegamente aos superiores e a aceitar as consequências da traição, que incluem, por norma, a morte (Paoli, 2003).

Um dos gestos centrais do ritual é a queima de uma imagem sagrada, cujas cinzas são depositadas nas mãos do iniciado enquanto este pronuncia o juramento. Este gesto representa a total renúncia à sua vida anterior e a submissão a um novo código moral. A simbologia associada à cerimónia reforça a ideia de pertença a uma ordem “sagrada”, onde a honra, a obediência e o silêncio são princípios invioláveis (Dickie, 2004; Calderoni, 2014).

A lealdade absoluta é o valor mais elevado dentro da *Cosa Nostra*. Manifesta-se tanto na obediência incondicional às ordens superiores como na adesão à *omertà*, a lei do silêncio. Esta norma proíbe qualquer forma de colaboração com as autoridades ou com o exterior, mesmo em situações de risco pessoal. A violação da *omertà* é considerada uma afronta imperdoável e implica, quase invariavelmente, a execução do transgressor, muitas vezes de forma exemplar (Lupo, 2009).

A submissão hierárquica também é uma característica incontornável da organização. Cada membro está vinculado a uma cadeia de comando estrita e é proibido de agir de forma autónoma. Esta obediência vertical é aplicada com igual rigor nas estruturas locais e regionais, assegurando a eficácia e a estabilidade do sistema mafioso como um todo (Paoli, 2003). O desrespeito pela hierarquia é entendido como um sinal de deslealdade e é severamente punido.

Este sistema de seleção, iniciação e disciplina é desenhado para criar barreiras de entrada e de saída, tornando extremamente difícil abandonar a organização uma vez integrado. Arlacchi (1986) observa que o medo da punição, a interiorização dos valores mafiosos e a dependência psicológica da estrutura fazem com que muitos membros permaneçam ligados à máfia, mesmo quando desejam sair. A pertença à *Cosa Nostra* transforma-se, assim, numa identidade totalizante, que molda a visão do mundo e condiciona todos os aspetos da vida do indivíduo.

## 5 Código de conduta

O código de conduta da *Cosa Nostra* constitui um dos pilares centrais da sua eficácia organizacional e durabilidade histórica. Para além de estruturar as relações internas, esse conjunto de normas regula o comportamento individual dos membros, garantindo a coesão, a lealdade e o silêncio. Trata-se de um sistema normativo paralelo ao do Estado, dotado de grande eficácia coerciva, sustentado por valores partilhados e por mecanismos formais e informais de controlo social (Paoli, 2003; Arlacchi, 1986).

Como observa Lupo (2009), a *Cosa Nostra* não se limita à execução de atividades criminosas, é uma ordem social, com regras, rituais e um ethos próprio, cuja observância é considerada sagrada pelos seus membros. A eficácia deste sistema reside na sua interiorização cultural: os valores mafiosos não são apenas impostos de fora para dentro, mas apropriados subjetivamente pelos membros, funcionando como base da sua identidade.

### 5.1 Omertà – A lei do silêncio

A *omertà* constitui um dos alicerces fundamentais da *Cosa Nostra*. Muito mais do que uma simples regra de silêncio, trata-se de um código de honra e de lealdade absoluta, que organiza a relação dos membros com o exterior e assegura a coesão interna da organização. Através da *omertà*, estabelece-se uma barreira simbólica entre “os de dentro” e “os de fora”, definindo não apenas comportamentos esperados, mas também uma identidade partilhada (Paoli, 2003; Lupo, 2009).

Desde o momento da iniciação, cada membro presta um juramento de silêncio vitalício, comprometendo-se a nunca colaborar com as autoridades, a nunca revelar informações sobre as atividades da máfia e a manter lealdade absoluta mesmo perante ameaças ou pressão. Esta regra é aplicada com total rigidez, e a sua violação é considerada uma das maiores ofensas à organização, normalmente punida com a morte (Dickie, 2004; Paoli, 2003).

A *omertà* cumpre várias funções: protege a estrutura interna da máfia, dificulta investigações externas e reforça o sentimento de pertença e de confiança entre os membros. Como nota Arlacchi (1986), o silêncio não é apenas imposto pelo medo, mas

interiorizado como um valor que dá sentido à identidade mafiosa e ao papel de cada membro na organização.

Além do medo da retaliação, existe também uma lógica simbólica associada à honra e à reputação. Um mafioso que colabora com a justiça é considerado indigno, traidor e sem valor. A violação do dever de *omertà* implica não só a exclusão violenta do grupo, mas a perda total de prestígio e legitimidade dentro do universo mafioso (Paoli, 2003; Arlacchi, 1986).

A *omertà* estende-se, muitas vezes, para além dos limites da própria organização. Em algumas zonas da Sicília, especialmente em contextos marcados pela ausência de confiança no Estado ou pela perceção de impunidade, também os cidadãos comuns evitam denunciar crimes, adotando o silêncio como forma de autoproteção. Como sublinha *Sciarrone* (2014), este silêncio fortalece a posição da máfia como poder alternativo, legitimado por uma parte da população.

Apesar da sua força histórica, a *omertà* foi parcialmente abalada pelo aparecimento dos arrependidos (*pentiti*), membros da máfia que decidiram colaborar com as autoridades. Casos como o de Tommaso Buscetta revelaram informações cruciais sobre a estrutura, os rituais e os métodos de atuação da *Cosa Nostra*, provocando um impacto significativo nos processos judiciais e no combate institucional à máfia (Dickie, 2004).

Contudo, como argumenta Calderoni (2014), o silêncio continua a ser um dos principais recursos estratégicos da organização. Mesmo após décadas de investigação e repressão, a *omertà* mantém-se como um instrumento de controlo eficaz, capaz de condicionar o comportamento dos membros e de proteger a continuidade da máfia.

## **5.2 Princípios comportamentais**

O código de conduta da *Cosa Nostra* não se limita à *omertà*. Ele inclui um conjunto de princípios comportamentais que regulam a vida quotidiana dos membros, tanto nas suas relações internas como externas. Estes valores e regras são fundamentais para manter a disciplina, a ordem e a imagem da organização, funcionando como uma ética própria, enraizada em tradições culturais sicilianas (Arlacchi, 1986; Paoli, 2003).

Quando se procura caracterizar os princípios comportamentais que orientam a conduta dos mafiosos, a lealdade incondicional, o respeito pela hierarquia, a discrição, o autocontrolo

e a não interferência nos assuntos alheios destacam-se entre os valores centrais. Esta ética não se limita a princípios abstratos: ela é reforçada através de práticas concretas e quotidianas, como por exemplo:

- o evitar discussões em público que possam revelar tensões internas;
- o controlo recíproco entre membros, onde todos estão atentos aos comportamentos uns dos outros, promovendo uma vigilância informal, mas constante;
- o uso de códigos verbais e gestos específicos para comunicar sem atrair atenção externa;
- a proibição de se envolver em negócios de outros membros sem autorização da hierarquia;
- a exigência de comportamento sóbrio em locais públicos, evitando demonstrações de riqueza, ostentação ou violência desnecessária.

Como refere Paoli (2003), estas normas não são apenas impostas verticalmente, mas mantidas por uma cultura interna de vigilância mútua, onde todos têm o dever de reportar desvios de conduta. Esta prática fomenta um clima de controlo social interno, em que o medo da sanção se alia à pressão dos pares para garantir o cumprimento das normas.

Santino (2006) acrescenta que os membros mais antigos atuam como modelos de conduta e supervisores do comportamento dos mais novos, reforçando, através da experiência e do exemplo, os valores da organização. A reprodução destes padrões acontece também em encontros informais, como almoços ou reuniões familiares, onde se partilham histórias de honra, traição e justiça segundo a lógica mafiosa.

Alguns comportamentos são expressamente proibidos, como o consumo de drogas, o comportamento imprevisível, a exposição mediática, a ostentação pública de riqueza ou qualquer forma de desobediência à cadeia de comando. Estas regras visam proteger a segurança da organização e preservar a sua identidade. Como destaca Arlacchi (1986), o mafioso ideal é discreto, racional, obediente e eficaz, alguém que serve os interesses da organização acima dos seus próprios.

Até a esfera pessoal é regulada. Paoli (2003) documenta que as relações afetivas, especialmente a infidelidade com familiares de outros membros ou comportamentos considerados desonrosos, podiam justificar punições severas. Apesar de algumas dessas normas estarem hoje em transformação, a ideia de honra continua a ser um elemento estruturante da conduta mafiosa.

### 5.3 Sanções Internas

A *Cosa Nostra* dispõe de um sistema interno de justiça através do qual são sancionadas as violações às normas de conduta mafiosa. As sanções são proporcionais à gravidade da infração, mas são aplicadas com rigidez, visando preservar a ordem e a autoridade da organização. As punições podem ir desde simples advertências a execuções públicas ou ocultas, dependendo da natureza do desvio (Paoli, 2003; Varese, 2011).

A administração da justiça interna é colegial: nos casos mais importantes, o *capo famiglia* ou a *Cupola* intervêm na deliberação. Segundo Catanzaro (1992), esta estrutura de decisão dá legitimidade às punições, evitando arbitrariedades e assegurando a imparcialidade dentro da lógica interna da organização. A previsibilidade e a inevitabilidade da sanção são elementos fundamentais do seu efeito dissuasor.

Os castigos têm, muitas vezes, uma função pedagógica. A morte de membros por traição, por exemplo, é utilizada como demonstração de força e como lição para os restantes. A punição simbólica, como o ostracismo ou o rebaixamento de estatuto, também é aplicada em situações de menor gravidade, como negligência ou falhas operacionais (Lupo, 2009). Em certos casos, o castigo visa também preservar a imagem pública da máfia. Os líderes da organização evitam a violência desnecessária quando esta possa atrair a atenção dos media ou das autoridades. Assim, a aplicação da justiça interna equilibra pragmatismo e brutalidade, numa lógica de controlo social altamente racionalizada.

## 6 Atividades Económicas e Criminosas

A *Cosa Nostra* não é apenas uma organização criminosa focada em violência ou intimidação direta. A sua força e longevidade devem-se, em grande medida, à sofisticação com que conduz as suas atividades económicas, construindo um verdadeiro “modelo empresarial ilegal”, capaz de operar tanto na economia subterrânea como na economia formal (Arlacchi, 1986; Paoli, 2003). A flexibilidade e a adaptabilidade demonstradas ao longo das décadas permitiram-lhe transformar-se num ator económico e político de peso, com uma presença difusa e estratégica.

### 6.1 Fontes de rendimento

Historicamente, a *Cosa Nostra* obteve lucros significativos através do controlo da terra e da exploração agrícola no sul de Itália. Durante o século XIX e início do século XX, os mafiosos atuavam como intermediários entre os latifundiários e os trabalhadores rurais, cobravam comissões, asseguravam contratos e eliminavam concorrentes (Catanzaro, 1992; Lupo, 2009). Estes primeiros mecanismos de mediação, baseados na força e na reputação, foram o embrião da lógica económica mafiosa.

Com o passar do tempo, a organização diversificou as suas fontes de rendimento. O tráfico de estupefacientes tornou-se, desde os anos 1980, um dos pilares económicos centrais da *Cosa Nostra*. Paoli (Paoli, 2003, p.8) explica que a organização funcionava como “plataforma logística”, ligando produtores latino-americanos a redes de distribuição nos Estados Unidos e Europa, e mantendo lucros extraordinários num mercado altamente lucrativo.

No entanto, a máfia não se limita às atividades ilícitas convencionais. Também investe estrategicamente na economia formal, em setores como hotelaria, transporte, construção civil, restauração, imobiliário, reciclagem e fornecimento de bens e serviços ao setor público (Calderoni, 2011). Este investimento permite branquear dinheiro, garantir contratos públicos e ampliar a influência territorial e política da organização.

Conforme demonstrado por Allum (2014), a *Cosa Nostra* estabelece empresas de fachada, aparentemente legais, que funcionam como veículos de branqueamento de capitais e como meios de penetrar nos circuitos legais de financiamento, inclusive através de fundos europeus e regionais. Estas empresas ganham concursos públicos manipulados,

frequentemente com o apoio de políticos locais, perpetuando um sistema de economia criminal legalizada.

## **6.2 *Sistemas de extorsão (pizzo)***

O *pizzo* constitui uma das práticas mais características e estruturantes da *Cosa Nostra*. Trata-se de um “imposto de proteção” exigido a comerciantes, empresários e pequenos empreendedores, sob a ameaça de represálias. Mais do que uma simples forma de extorsão, o *pizzo* estabelece uma relação de domínio entre a máfia e os atores económicos do território (Sciarrone, 2014).

Este mecanismo não opera apenas com base na intimidação direta, mas na criação de um pacto tácito, em que o pagamento é visto, em muitos casos, como uma forma de obter proteção, garantir mediação de conflitos ou facilitar o acesso a certos mercados. A aceitação do *pizzo* pode, assim, resultar tanto do medo como da perceção de vantagem em evitar os canais legais do Estado (Paoli, 2003; Santino, 2006).

O grau de sofisticação desta prática ficou particularmente evidente através das investigações conduzidas pelo juiz Giovanni Falcone, figura central no combate à máfia nos anos 1980 e 1990. Falcone foi um dos magistrados responsáveis pelos Maxiprocessos de Palermo, e, com base no testemunho de *pentiti* como Tommaso Buscetta, revelou que a cobrança do *pizzo* era feita de forma sistemática, com registos organizados, zonas atribuídas a cobradores específicos e um controlo rigoroso das receitas (Dickie, 2004). A sua atuação expôs a natureza quase burocrática da extorsão mafiosa, dando visibilidade à dimensão empresarial da organização criminosa.

Apesar dos riscos envolvidos, surgiram nas últimas décadas movimentos de resistência ao *pizzo*, como o Addiopizzo, fundado em Palermo em 2004. Este movimento cívico tem como objetivo apoiar comerciantes que se recusam a pagar à máfia, promovendo o boicote a empresas coniventes com a extorsão e criando redes de apoio para vítimas que decidam denunciar. O Addiopizzo tornou-se uma das formas mais visíveis de contestação à cultura mafiosa no território siciliano, ainda que a sua penetração esteja limitada por fatores como o medo, a fraca confiança nas instituições e o isolamento social dos denunciantes (Calderoni, 2014).

Mesmo com estas iniciativas, muitos comerciantes continuam a pagar o *pizzo* como forma de proteção contra um sistema que ainda detém grande capacidade de retaliação.

A persistência desta prática mostra que, para além da repressão judicial, é necessária uma mudança cultural e institucional mais profunda para enfraquecer os alicerces sociais que sustentam o poder mafioso (Sciarrone, 2014).

### **6.3 Infiltração na economia e na política**

Um dos aspetos mais perigosos da *Cosa Nostra* é a sua capacidade de infiltração nas estruturas de poder. Esta infiltração não se limita à corrupção pontual, mas implica a construção de relações duradouras com políticos, empresários, instituições públicas e até partidos políticos. Como afirma Paoli (2003), a máfia procura “influenciar e moldar o funcionamento do Estado”, não apenas evitá-lo.

Esta penetração ocorre de forma estratégica: os mafiosos financiam campanhas políticas, pressionam eleitores, influenciam nomeações administrativas e controlam o acesso a contratos públicos. Lupo (2009) refere que, em muitas autarquias sicilianas, era impossível obter uma licença ou financiamento público sem o aval da *Cosa Nostra*.

O caso de Totò Cuffaro, ex-presidente da região da Sicília condenado por colaboração com a máfia, demonstra a profundidade destas relações. Como observa Dickie (2004), a máfia vê a política como mais uma frente de conquista, não se trata apenas de corromper, mas de governar, influenciar e garantir impunidade a longo prazo.

Na economia, a *Cosa Nostra* infiltra-se através de consórcios e empresas de fachada, dominando sectores estratégicos como o saneamento, os transportes públicos e a construção de infraestruturas. Este fenómeno, frequentemente denominado mafiocapitalismo, gera uma economia paralela baseada na cumplicidade e na corrupção (Santino, 2006).

Além disso, a organização adapta-se à modernidade: recorre a paraísos fiscais, transferências digitais e esquemas de evasão fiscal sofisticados. Como nota Calderoni (Calderoni, 2014, p.9), a sofisticação financeira da *Cosa Nostra* reflete uma verdadeira “racionalidade empresarial”, que dificulta a sua deteção e repressão.

## 7 Contributo Empírico

### 7.1 Metodologia

A presente contribuição empírica assenta na análise documental, integrada na metodologia de estudo de caso, tal como proposta por Yin (2018).

Esta opção fundamenta-se na natureza do objeto de estudo — a *Cosa Nostra*, uma organização mafiosa complexa, historicamente estruturada e envolta em secretismo, cuja compreensão exige a análise de fontes escritas, credíveis e diversificadas, capazes de revelar a lógica interna da organização, os seus códigos e a distribuição do poder.

O estudo de caso permite, segundo Yin (2018), analisar em profundidade fenómenos sociais dentro do seu contexto real, com base em múltiplas fontes de evidência. Esta abordagem é particularmente adequada quando se pretende compreender o “como” e o “porquê” de dinâmicas sociais e organizacionais, tal como ocorre no funcionamento interno da máfia siciliana.

Dentro deste quadro, a análise documental surge como uma técnica de investigação válida e rigorosa, tal como referem Saint-Georges (1997) e Yin (2018), desde que as fontes sejam devidamente selecionadas, contextualizadas e criticamente analisadas. Saint-Georges (1997) destaca a importância de aplicar uma crítica externa e interna às fontes: isto é, avaliar a autenticidade, proveniência, coerência interna e credibilidade do conteúdo. Yin (2018), por sua vez, sublinha que os documentos são especialmente úteis para confirmar, ilustrar ou contradizer evidências recolhidas noutros formatos, podendo contribuir para a triangulação dos dados.

Deste modo, a escolha da análise documental neste projeto decorre da pertinência deste método para aceder a informações detalhadas, contextualizadas e validadas sobre o funcionamento da *Cosa Nostra*. Trata-se de uma estratégia que permite ultrapassar as barreiras de acesso empírico direto (pela natureza clandestina do fenómeno) e, ao mesmo tempo, produzir uma leitura crítica e sustentada de fontes históricas, académicas e institucionais.

## **7.2 Documentos selecionados para análise**

A seleção dos documentos para esta análise documental seguiu critérios de relevância temática, credibilidade das fontes e diversidade de perspectivas sobre a estrutura, os códigos e o exercício de poder da máfia siciliana. Foram escolhidos documentos de natureza distinta como testemunhos diretos, análises acadêmicas e relatórios judiciais/jornalísticos, com vista à triangulação das fontes, conforme recomendado por Yin (2018).

### **a) *Cose di Cosa Nostra*- Giovanni Falcone e Marcelle Padovani (1991)**

Este livro reúne depoimentos do juiz Giovanni Falcone sobre o funcionamento interno da máfia siciliana, com base em investigações e confissões de arrependidos como Tommaso Buscetta. A obra oferece um acesso privilegiado ao interior da organização, incluindo códigos de conduta, hierarquia, rituais e lógica de poder.

**Tipo de fonte:** testemunho especializado com base em fontes primárias (colaborações judiciais)

**Justificação:** permite compreender a visão interna da *Cosa Nostra* e serve como documento-chave para a análise da sua estrutura e dos seus códigos de silêncio e obediência.

### **b) *Mafia Brotherhoods* Letizia Paoli (2003)**

Este estudo acadêmico é uma referência incontornável sobre as organizações mafiosas italianas, com especial destaque para a *Cosa Nostra*. A autora baseia-se numa vasta bibliografia e em dados empíricos recolhidos em Itália, analisando a organização sob uma perspetiva criminológica e sociológica.

**Tipo de fonte:** produção académica com análise empírica

**Justificação:** permite articular os dados recolhidos com as interpretações teóricas dominantes sobre a máfia enquanto fenómeno social e político.

### **c) Sentença do Maxi Processo de Palermo (1987)- excertos divulgados e analisados por Falcone e imprensa**

O Maxi Processo, liderado por Giovanni Falcone e Paolo Borsellino, constitui um marco histórico no combate à máfia. Foram julgados mais de 400 membros da *Cosa Nostra* com base em provas e testemunhos recolhidos por décadas. Os seus excertos, amplamente divulgados, documentam confissões, estruturas e rituais de entrada e punição.

**Tipo de fonte:** documento judicial divulgado publicamente.

**Justificação:** fornece provas formais reconhecidas pelo sistema judicial italiano e permite validar testemunhos como o de Buscetta.

### **d) Artigos jornalísticos investigativos- La Repubblica e L'Espresso (desde de 1990 até 2000)**

Alguns artigos publicados nestes meios de comunicação foram fundamentais para divulgar estruturas da máfia e envolveram jornalistas como Attilio Bolzoni, que entrevistaram ex-membros e investigaram redes de poder.

**Tipo de fonte:** fonte mediática especializada

**Justificação:** permite cruzar a perspetiva da investigação criminal com o retrato social e mediático do fenómeno mafioso.

## **7.3 Critérios de análise**

A análise documental será estruturada a partir de três eixos temáticos centrais, alinhados com os objetivos do projeto:

1. Estrutura organizacional – refere-se à forma como a *Cosa Nostra* se organiza internamente (hierarquias, cargos, territórios, funções);
2. Códigos e normas – diz respeito às regras internas (escritas ou implícitas) que regulam o comportamento dos membros: *omertà*, lealdade, rituais de iniciação, sanções;

3. Poder e controlo – diz respeito às formas como o poder é exercido dentro da organização e como se mantém o controlo social e territorial.

A escolha dos excertos a analisar obedecerá a critérios de clareza, relevância temática e representatividade, procurando cruzar diferentes tipos de fontes (testemunhais, académicas, judiciais e jornalísticas) para reforçar a validade e profundidade da análise (Yin, 2018; Saint-Georges, 1997).

## 7.4 *Análise dos documentos*

### a. *Cose di Cosa Nostra- Falcone e Padovani (1991)*

Excerto 1:

“A *omertà* é a lei do silêncio. [...] O homem de honra que quebra esta lei torna-se um homem morto, mesmo que continue vivo. Ninguém mais lhe fala, ninguém mais o protege.”

(Falcone & Padovani, 1991, p. 55)

Este excerto evidencia o papel central do código de silêncio (*omertà*) na lógica de funcionamento da *Cosa Nostra*. A *omertà* não é apenas uma regra de conduta, mas um mecanismo de controlo e exclusão social: ao quebrá-la, o indivíduo é condenado ao ostracismo ou à morte. Este tipo de sanção mostra como o poder dentro da organização é exercido de forma simbólica e violenta, garantindo lealdade absoluta e controlo interno.

Letizia Paoli (2003) reforça esta leitura ao descrever a *omertà* como um instrumento de coerção colectiva, essencial para a manutenção do segredo e da confiança dentro da organização. Esta lógica é típica de organizações criminosas fechadas, onde a violação das normas internas não é apenas uma infração ética, mas uma ameaça direta à sobrevivência da estrutura.

Excerto 2:

“A estrutura da *Cosa Nostra* é piramidal: no topo, a Comissão ou Cupola, que toma decisões estratégicas. Abaixo, os mandamentos (famílias), cada um com o seu chefe.”

(Falcone & Padovani, 1991, p. 28)

Este excerto descreve a estrutura hierárquica formal da organização, com uma distribuição clara de responsabilidades e funções. A existência de uma Cupola, enquanto órgão de coordenação interterritorial, evidencia uma lógica organizacional quase institucional, ainda que clandestina. Segundo Sciarrone (2009), esta estrutura permite uma distribuição eficiente do poder e controlo sobre os territórios, assegurando uma certa estabilidade funcional.

Paoli (2003) caracteriza a *Cosa Nostra* como uma “confederação de famílias”, cada uma com relativa autonomia, mas sujeita a regras comuns. Este modelo mistura centralização estratégica com descentralização operativa, o que explica a sua resiliência histórica mesmo após períodos de repressão intensa.

### **b. Sentença do Maxi Processo de Palermo (1987)**

Excerto 3:

“A organização criminosa denominada *Cosa Nostra* caracteriza-se por uma estrutura piramidal, com divisão territorial e regras de funcionamento próprias, cuja violação implica sanções que podem ir até à morte.”

(Tribunale di Palermo, excerto citado por Falcone & Padovani, 1991, p. 88)

Este excerto retirado da fundamentação jurídica do Maxi Processo valida, do ponto de vista institucional, a existência de uma estrutura organizada, hierárquica e com códigos internos. Trata-se de um marco histórico: pela primeira vez, um tribunal reconheceu juridicamente que a máfia não era um conjunto de criminosos isolados, mas sim uma associação com características de sistema, com regras, territórios e coerção interna.

Esta caracterização judicial vem ao encontro daquilo que autores como Paoli (2003) e Sciarrone (2009) defendem: a *Cosa Nostra* não opera de forma caótica ou espontânea, mas segue uma lógica organizacional própria, regulada por princípios internos de disciplina e controlo.

A referência explícita às sanções internas (incluindo a morte) também confirma a análise feita por Falcone no Cose di *Cosa Nostra* e reforça o papel dos mecanismos de punição

como instrumentos de coesão e controlo, característica comum às organizações totalitárias, mesmo ilegais.

Além disso, a linguagem jurídica usada na sentença dá legitimidade formal àquilo que, até então, era muitas vezes desvalorizado pelas autoridades: o carácter sistémico e estável da máfia. Yin (2018) refere que documentos judiciais são valiosos em análise de caso por serem fontes de evidência formal e verificável, funcionando como ponto de triangulação com testemunhos e dados empíricos.

### **c. Mafia Brotherhoods (Letizia Paoli, 2003)**

Excerto 4:

“A autoridade de um chefe mafioso não se sustenta apenas na força ou no medo, mas também num sistema de legitimidade simbólica e de consenso interno entre os seus subordinados.”

(Paoli, 2003, p. 60)

Este excerto é particularmente relevante para compreender o exercício do poder na *Cosa Nostra* como algo que vai além da coerção física. Letizia Paoli apresenta aqui uma leitura mais sofisticada, em que o poder se constrói tanto pela capacidade de impor sanções como pela habilidade em gerar consenso e reconhecimento entre os membros. Isto aproxima a liderança mafiosa de um modelo político informal, sustentado por regras internas, tradição e eficácia.

Esta visão desafia a ideia simplista de que o controlo mafioso se baseia apenas na violência. Ao contrário, segundo Paoli, há uma ordem relacional, sustentada pela reciprocidade, pela gestão de favores e pelo prestígio. Esta forma de poder informal, mas altamente estruturada, é típica de organizações com longa duração histórica e cultural — como a *Cosa Nostra*, que integra práticas tradicionais (como o “respeito”, a “honra” ou o “padrinho”) com lógicas modernas de gestão territorial e económica.

Cruzando este excerto com o documento judicial anterior (Maxi Processo), compreende-se melhor como a legitimidade interna da organização não decorre apenas da força, mas

também da aceitação tácita das suas normas pelos próprios membros, o que torna a máfia resiliente e resistente à intervenção externa.

Este tipo de análise é fundamental para a Criminologia, na medida em que exige uma leitura não reducionista do crime organizado, tratando-o como um fenómeno social, político e simbólico. Como refere Yin (2018), o estudo de caso permite captar esta complexidade contextual, que se perderia numa análise meramente estatística ou jurídica.

#### **d. Artigo de Attilio Bolzoni, La Repubblica (2004)**

Excerto 5:

“Em Corleone, o silêncio não é apenas uma defesa: é uma regra. Os filhos aprendem desde pequenos que certas palavras não se dizem. Os nomes verdadeiros dos chefes nunca são pronunciados.”

(Bolzoni, 2004, La Repubblica)

Este excerto, retirado de uma reportagem do jornalista Attilio Bolzoni, especialista em crime organizado italiano, oferece uma leitura cultural e social do poder mafioso. A referência à aprendizagem precoce do silêncio mostra como os códigos mafiosos se reproduzem socialmente, enraizando-se nas práticas quotidianas da comunidade.

O silêncio (*omertà*), que já havia sido tratado nos documentos anteriores como norma interna e mecanismo de controlo, surge aqui como prática cultural transmitida intergeracionalmente. Isto reforça a ideia de que a *Cosa Nostra* não é apenas uma organização criminosa, mas um sistema social que molda identidades, comportamentos e linguagens, como também sublinha Paoli (2003).

Do ponto de vista criminológico, este excerto permite compreender o carácter difuso e simbólico do controlo mafioso, que não se exerce apenas sobre os seus membros, mas também sobre a comunidade onde opera. A ausência de nomes, a linguagem cifrada e o medo invisível são expressões desse poder simbólico, que torna a organização difícil de desmantelar — como referem tanto Sciarrone como Falcone.

Este tipo de fonte complementa as anteriores ao oferecer evidência etnográfica informal, muito valorizada em estudos de caso, como destaca Yin (2018), por permitir captar aspetos não documentados de forma oficial, mas que são reais no terreno.

### **7.5 Síntese e contributo da análise documental**

A análise dos documentos selecionados permitiu identificar padrões claros e coerentes relativamente aos três eixos centrais definidos para este estudo: estrutura, códigos e poder da *Cosa Nostra*.

Do ponto de vista da estrutura organizacional, os excertos analisados (especialmente de Cose di *Cosa Nostra* e da sentença do Maxi Processo) evidenciam que a *Cosa Nostra* funciona segundo uma lógica em pirâmide, com regras bem definidas e uma cadeia de comando clara. Esta organização confere estabilidade interna e eficácia operativa, sendo validada tanto por fontes testemunhais (Buscetta/Falcone), como por documentos judiciais e estudos académicos (Paoli, Sciarrone).

Relativamente aos códigos e normas internas, a análise demonstrou a centralidade da *omertà*, da obediência cega e da lealdade como mecanismos de coesão e controlo. Estes códigos não são apenas ferramentas disciplinares, mas também instrumentos de identidade que conferem pertencimento e legitimidade dentro da organização. A presença de sanções exemplares, como o ostracismo ou a morte, reforça a lógica autoritária e o isolamento cultural da máfia em relação ao mundo exterior.

No que toca ao poder, confirmou-se que o seu exercício dentro da *Cosa Nostra* combina coerção e consenso. Como refere Paoli (2003), o líder mafioso é simultaneamente temido e respeitado, e a sua autoridade depende tanto da sua capacidade de impor sanções como de manter o prestígio e a estabilidade entre os seus homens. O controlo estende-se também à comunidade, como demonstram os relatos jornalísticos, onde o medo e o silêncio se tornam normas culturais.

A articulação entre estas fontes confirma a hipótese de que a *Cosa Nostra* não é uma estrutura criminal meramente funcional ou económica, mas sim um sistema social complexo, com uma gramática própria de funcionamento, sustentado por práticas simbólicas e culturais profundas. A análise documental permitiu, assim, aceder a este universo através de múltiplas perspetivas, respeitando o princípio da triangulação

metodológica recomendado por Yin (2018) e reforçando a validade da abordagem qualitativa baseada em estudo de caso.

## **7.6 Contributo para a Criminologia**

Esta análise empírica contribui para uma compreensão mais rica e crítica do fenómeno mafioso, afastando visões simplistas e abordando a *Cosa Nostra* enquanto fenómeno estruturado, culturalmente enraizado e politicamente relevante. Confirma-se que, para além do crime, a máfia representa uma forma paralela de organização social, e que a sua eficácia deriva tanto da força como do controlo simbólico.

A escolha do estudo de caso com base em fontes documentais revelou-se metodologicamente exigente, mas extremamente útil para consolidar competências analíticas, desenvolver espírito crítico e aplicar ferramentas da investigação qualitativa no campo da Criminologia.

## 8 Conclusão

O presente projeto de investigação permitiu explorar de forma aprofundada a estrutura, os códigos internos e as dinâmicas de poder da máfia siciliana, a *Cosa Nostra*, a partir de uma abordagem qualitativa centrada na análise documental. Através da mobilização de fontes credíveis e diversificadas, incluindo testemunhos, documentos judiciais, estudos académicos e relatos jornalísticos. Foi possível compreender este fenómeno não apenas como uma organização criminosa, mas como um sistema social complexo, historicamente enraizado e culturalmente reproduzido.

A análise revelou que a *Cosa Nostra* apresenta uma estrutura hierárquica estável, sustentada por uma lógica de controlo interno baseada na *omertà*, na lealdade e na obediência cega. Estes códigos funcionam como mecanismos de coesão e de exclusão, garantindo a manutenção da ordem interna e o silêncio face ao exterior. A liderança mafiosa, por sua vez, exerce o poder combinando coerção e legitimidade simbólica, o que confere eficácia e continuidade à organização, mesmo diante de ações repressivas do Estado.

A metodologia de estudo de caso com análise documental revelou-se adequada para este tipo de objeto de estudo, permitindo aceder a informações contextualizadas e validadas sem a necessidade de contacto direto com os sujeitos envolvidos. Esta abordagem contribuiu também para o desenvolvimento de competências investigativas específicas, essenciais no campo da Criminologia, tais como a leitura crítica de fontes, a triangulação de dados e a capacidade de interpretar fenómenos sociais complexos.

Apesar das limitações associadas à ausência de observação direta ou entrevistas, o trabalho conseguiu alcançar os seus objetivos e fornecer uma leitura integrada e fundamentada da *Cosa Nostra*, destacando o papel dos seus códigos e estruturas na manutenção do poder e da sua longevidade. Futuros estudos poderão complementar esta análise com abordagens comparativas ou investigações mais empíricas, contribuindo para o aprofundamento da compreensão da criminalidade organizada no contexto europeu e global.

## 9 Referências bibliográficas

- Allum, F. (2014). *Understanding Italian Organized Crime*. Manchester University Press.
- Allum, F., & Siebert, R. (2003). *Organised Crime and the Challenge to Democracy*. Routledge.
- Arlacchi, P. (1986). *Mafia Business: The Mafia Ethic and the Spirit of Capitalism*. Verso Books.
- Calderoni, F. (2014). Identifying mafia firms: An application of crime script analysis to Italian organized crime. *European Journal of Criminology*, 11(5), 586–606.  
<https://doi.org/10.1177/1477370813512588>
- Dickie, J. (2004). *Cosa Nostra: A history of the Sicilian Mafia*. Hodder & Stoughton.
- Hess, H. (1973). *Mafia and Mafiosi: The Structure of Power*. Lexington Books.
- Lupo, S. (2009). *History of the Mafia*. Columbia University Press.
- Schneider, J., & Schneider, P. (2003). *Reversible Destiny: Mafia, Antimafia, and the Struggle for Palermo*. University of California Press.
- Sergi, A. (2017). *From mafia to organised crime: A comparative analysis of policing models*. Palgrave Macmillan.
- Paoli, L. (2003). *Mafia Brotherhoods: Organized Crime, Italian Style*. Oxford University Press.
- Bolzoni, A. (2004). La legge di Corleone. *La Repubblica*. Recuperado de <https://ricerca.repubblica.it>
- Falcone, G., & Padovani, M. (1991). *Cose di Cosa Nostra*. Milano: Rizzoli.
- Paoli, L. (2003). *Mafia Brotherhoods: Organized Crime, Italian Style*. Oxford University Press.
- Tribunale di Palermo. (1987). Sentenza del Maxi Processo di Palermo. Citado em Falcone, G., & Padovani, M. (1991). *Cose di Cosa Nostra*. Milano: Rizzoli.